

## **Da convivência à perseguição: (des)encontros entre a medicina e outras artes de curar (Paraíba, 1900 – 1920)**

Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos

1

*Universidade de São Paulo/Universidade Federal de Campina Grande – leonardoqbf@hotmail.com*

**Resumo:** O presente artigo analisa a historicidade das relações entre a medicina e as terapêuticas não científicas, focalizando a experiência paraibana nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscamos compreender como a institucionalização de uma medicina científica na Paraíba alterou sua correlação de forças com outras artes de curar. Para tanto, analisamos obras sobre a institucionalização da medicina no Brasil e textos sobre a história da medicina na Paraíba. Além disso, trabalhamos com Mensagens dos Presidentes do estado dirigidas ao Legislativo estadual e com edições do jornal *A União*. Na discussão da problemática proposta, dialogamos com a perspectiva teórica da História Cultural, especialmente com as formulações de Roger Chartier (2002) sobre o conceito de representações sociais.

**Palavras-chave:** História da ciência, História da medicina, História da Paraíba.

### **INTRODUÇÃO: ALGUMAS PALAVRAS SOBRE OBJETIVOS E METODOLOGIA**

Na passagem do século XIX para o XX a medicina paraibana aparentava certa tolerância na relação com outras terapêuticas. Segundo Sá (et al., 2011, p. 158), tratava-se de um momento histórico no qual “a medicina como saber não estava institucionalizada na Paraíba, como era o caso de cidades maiores, como o Rio de Janeiro, e os seus representantes eram raros”. Ainda segundo a autora, isto se refletia na correlação de forças entre os saberes do campo da saúde, notando-se “muito mais tolerância do que conflitos” entre a medicina e outras práticas de cura (SÁ et al., 2011, p. 158).

O presente artigo aprofunda esta discussão, focalizando as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscamos compreender como a institucionalização de uma medicina científica na Paraíba alterou sua correlação de forças com outras artes de curar. Para tanto, analisamos obras sobre a institucionalização da medicina no Brasil e textos sobre a história do campo médico na Paraíba. Além disso, problematizamos as Mensagens dos Presidentes do estado e jornais da época, os quais serão especificados ao longo do trabalho. Optamos por

enxergar esta problemática com as lentes da História Cultural, vertente historiográfica que pensa a experiência social como uma construção simbólica, política e discursiva<sup>1</sup>.

## **DA TOLERÂNCIA AO MONOPÓLIO DA SAÚDE: A MEDICINA PARAIBANA A CAMINHO DA CIÊNCIA**

Estudando a experiência carioca, Pimenta (2004), ressalta o vínculo entre a institucionalização do campo médico e a “perseguição” a outras práticas terapêuticas. A partir do final dos anos 1820 a medicina carioca passa pelo processo de institucionalização, com a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832) e com o aparecimento dos primeiros periódicos especializados. Estes acontecimentos coincidem (de modo não aleatório) com a redefinição das práticas terapêuticas autorizadas por lei: “Os curandeiros e os sangradores foram desautorizados, excluídos do conjunto de atividades legais. As parteiras foram desqualificadas para uma posição subalterna e tiveram as suas atividades apropriadas, o que serviu à expansão do mercado para os médicos” (PIMENTA, 2004, p. 68).

Se nos primeiros anos do século XIX os médicos cariocas conviviam de forma harmônica com outros terapeutas, à medida que a medicina ganha em institucionalização perde em tolerância. A sistematização da profissão vem acompanhada pelo desejo de monopolizar o mercado da saúde. Querendo ser proprietário exclusivo dos corpos enfermos, o saber médico se esforça para deslegitimar as terapêuticas diferentes da sua. Na história da medicina brasileira, a institucionalização articula-se com a intolerância aos “concorrentes”:

Para demarcar o território sobre o qual a prática médica deveria atuar, fosse ela individual, fosse ela social, precisou-se também deslegitimar aqueles saberes que já ocupavam tais lugares, desacreditando-os e desautorizando-os a permanecerem ali. A medicina científica, desta maneira, construiu-se como saber legítimo e autorizado destituindo, deslegitimando, desautorizando e, por fim, perseguindo e reprimindo os saberes que lidavam com a vida e a morte das pessoas já há séculos e que, sob a óptica científica positiva, eram manifestações da ignorância, da credence e das superstições populares e que deveriam sumir para dar lugar às luzes, o que faria as comunidades humanas darem um “salto evolutivo” em sua trajetória histórica (AGRA, 2008, p. 150 – 151).

Porém, entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, a medicina paraibana ainda convivia de forma relativamente harmoniosa com outras

---

<sup>1</sup> Para maiores esclarecimentos sobre este aporte teórico metodológico, Cf. Chartier (2002).  
**(83) 3322.3222**  
**contato@conapesc.com.br**  
**www.conapesc.com.br**

terapêuticas. A homeopatia<sup>2</sup>, por exemplo, era bastante presente no dia a dia dos paraibanos. Segundo Castro (1945, p. 293), durante as epidemias de cólera que assolaram a Paraíba em 1856 e 1862, “ambulâncias<sup>3</sup> homeopáticas eram mandadas da capital da Província para os diversos lugares onde o mal surgia”.

Em sua Mensagem<sup>4</sup> de 1904 ao Legislativo Estadual, José Peregrino de Araújo, então presidente da Paraíba, ressaltou os socorros prestados à população pelo seu governo durante surtos de varíola na capital e no interior. Além do envio de médicos para as localidades atacadas pelo mal, Araújo enfatiza a emissão de “ambulâncias de remédios alopáticos<sup>5</sup> e homeopáticos” como medidas “higiênicas e profiláticas aconselhadas pela ciência médica”<sup>6</sup>.

A homeopatia era uma arte de curar praticada na Paraíba por diversos personagens, tais como os padres que portavam, junto com os “sacramentos da Igreja, para a purificação das almas, as carteiras homeopáticas para as curas do corpo” (CASTRO, 1945, p. 295). Além destes, “professores, políticos, pobres agricultores, que mal sabiam ler” também lançavam mão da terapêutica homeopática “para atender aos pobres e aos ricos, que para eles apelavam, aflitos” (CASTRO, 1945, p. 295). Também as mães de família recorriam aos medicamentos homeopáticos “para sarar a cicatriz umbilical do garotinho ainda cheirando a alfazema ou para as dores tardias de um parto” (CASTRO, 1945, p. 296). Novamente, a ausência de institucionalização aparece como um dos principais motivos para que, entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, a medicina paraibana tenha convivido de maneira relativamente harmoniosa com a homeopatia (SÁ et al., 2011, p. 158).

---

<sup>2</sup> De acordo com Pereira Neto (2001, p. 98), mais do que uma terapêutica alternativa a homeopatia é um sistema médico diferente da medicina alopática, com diagnose e terapêutica próprias. Desenvolvida a partir dos trabalhos do alemão Samuel Hahnemann (1755 – 1843), percebe o indivíduo como uma totalidade. Assim, as doenças não são encaradas como ocorrências isoladas, mas como sinais de algum desequilíbrio na totalidade que constitui o indivíduo. Mediante os medicamentos homeopáticos, seria possível restaurar este equilíbrio.

<sup>3</sup> Castro (1945) não deixa claro como eram estas “ambulâncias”. Porém, é provável que em meados do século XIX os paraibanos utilizassem este termo com o mesmo sentido que foi identificado por Nikelen Acosta Witter (2007) para o Rio Grande do Sul durante o mesmo contexto histórico. Segundo esta autora (p. 76), “O termo ‘ambulância’ aparece utilizado para designar tanto carroças que munidas de medicamentos eram enviadas para frentes de batalhas ou municípios em situação de epidemias como pequenas enfermarias munidas de uma farmácia de emergência. Por vezes, associava-se a esta um médico, um cirurgião e/ou um enfermeiro”.

<sup>4</sup> Durante o nosso recorte, as Mensagens anuais dos presidentes da Paraíba eram apresentadas ao Legislativo Estadual na sessão de abertura dos trabalhos deste poder. Normalmente, elas eram publicadas no jornal estatal *A União*. Nelas, o presidente prestava contas de seu governo e costurava o apoio do poder legislativo para os seus projetos. Com efeito, buscava apresentar-se como um governante atento e familiarizado aos problemas da sociedade paraibana.

<sup>5</sup> Pata tornar a leitura mais agradável, optamos por adaptar a linguagem das fontes à norma gramatical atual.

<sup>6</sup> PARAHYBA DO NORTE (Estado). **Mensagem** apresentada á Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1904, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 4ª legislatura, por José Peregrino de Araújo, presidente do Estado. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1904, p. 45 – 46. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa>. Acesso em 24 abr. 2018.

Outra marca da saúde paraibana no começo do século XX era a utilização de sangrias e sanguessugas. Este uso derivava da força que a teoria galênica<sup>7</sup> ainda desfrutava na época. Tal concepção atribuía a causa das doenças “ao desequilíbrio dos humores [corporais]”, sendo a realização de sangrias e a aplicação de sanguessugas práticas que “devolveriam o equilíbrio dos humores” ao ajudar o doente a expelir a causa de sua enfermidade (SÁ et al., 2011, p. 148). A aplicação de sanguessugas no corpo do doente se adequava perfeitamente a esta concepção. Compradas no Rio de Janeiro, eram dispostas em determinados lugares do corpo conforme o mal que lhe afligia. Então, começavam a sugar o sangue do doente, ajudando-o a expelir os excessos humorais que haviam provocado sua enfermidade. Quanto às sangrias, alguns paraibanos do começo do século XX chegavam a recorrer a elas pelo menos uma vez por ano, “com fins terapêuticos ou para prevenir padecimentos futuros” (CASTRO, 1945, p. 332). Para produzir os resultados esperados, a técnica precisava ser acurada:

A “lanceta” era o instrumento usado. Tratava-se de um pequeno canivete, de lamina fina e ponta aguçada, protegido e guardado em “bainha” de couro [...]. A operação se processava com rigorosa técnica e praticada em uma das veias, de preferência, na perna. Primeiro, o garrote de borracha, na parte superior da perna ou simples fio de algodão forte. As veias se entumesciam e, facilmente, o operador golpeava o vaso. O sangue jorrava de 100 a 150 gramas (CASTRO, 1945, p. 332).

Na Paraíba dos primeiros anos do século XX, a arte de curar mediante sangrias e sanguessugas, embora também praticada por médicos, era “dominada” pelos barbeiros. Tais artífices da cura, contudo, encontravam-se subordinados ao saber médico: estamos tratando de um momento histórico em que o barbeiro constitui um “auxiliar do médico”. Assim, alguns barbeiros que atuavam na Paraíba do começo do século XX só procediam a sangrias e aplicavam sanguessugas mediante prescrição médica (SÁ et al., 2011, p. 149 – 150).

No dia 11 de junho de 1915, estampando as páginas do jornal *A União*<sup>8</sup>, pode-se encontrar um artigo assinado pelo médico paraibano José Maciel. Intitulado “Sangria, seu valor terapêutico incontestável”<sup>9</sup>, o texto defende o uso médico desta técnica, especialmente em situações emergenciais. Maciel conclama seus colegas a não desprezarem o recurso às

<sup>7</sup> Cláudio Galeno (130 – 201 d.C.) médico romano nascido em Pérgamo, na Grécia, afirmava que as doenças eram provocadas pelo desequilíbrio dos humores corporais, baseando-se a medicina galênica em métodos como as sangrias e a dietética, empregados em função de sua capacidade de auxiliar o corpo a expelir as substâncias consideradas nocivas ao equilíbrio humoral (DINIZ, 2006, p. 61 – 64).

<sup>8</sup> O jornal *A União* foi fundado em 1893 e sua primeira edição foi publicada em 02 de fevereiro daquele ano. Tendo surgido como órgão oficial do governo do estado, ele permanece em circulação na atualidade. Criado pelo então presidente da Paraíba, Álvaro Lopes Machado (1857 – 1912), *A União* mantinha uma linha editorial governista. No que diz respeito ao discurso médico do começo do século XX, ele “divulgou a fala do governo do Estado, ‘assumindo’ a função de orientar a população para os bons modos, para a prevenção contra as doenças e a divulgação de ‘medidas enérgicas’ tomadas pelo governo para solucionar o problema da falta de higiene” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 178 – 179).

<sup>9</sup> *A União*, “Sangria, seu valor terapêutico incontestável”. 11 jun. 1915.

sangrias, “que nos presta relevantes serviços em emergências difíceis”. Para legitimar a sangria como recurso terapêutico, Maciel se ampara na experiência profissional: “Os resultados felizes que temos observado, já em nossa clínica civil, já nas enfermarias dos hospitais nos levam a assegurar o valor incontestável da sangria sobre outras aplicações terapêuticas”<sup>10</sup>. Pelo menos até o começo do século XX, a arte de curar dos barbeiros, mediante a realização de sangrias e a aplicação de sanguessugas, era endossada e largamente empregada pelos médicos paraibanos, desde que os barbeiros se limitassem ao seu papel de “auxiliares” da medicina (SÁ et al., 2011, p. 152).

Os chamados “curandeiros” também estavam presentes no mercado da saúde paraibano. Ao estudar as relações entre os médicos e os terapeutas populares no Brasil do século XIX, Pimenta (2003) oferece uma caracterização possível destes personagens. A autora reconhece que as atividades destes terapeutas eram bastante diversificadas, extrapolando os rótulos que o discurso médico e as instituições oficiais lhes atribuíam. Seguindo a perspectiva de Pimenta (2003, p. 322) um traço distintivo da atuação destes terapeutas era o seu conhecimento “sobre as plantas medicinais nativas e sua aplicação nas moléstias encontradas no país”. Ainda segundo esta autora, as práticas de cura destes personagens

estavam relacionadas às visões cosmológicas dessas pessoas – na maior parte africanos e descendentes de africanos –, em que as doenças eram associadas a elementos espirituais. O vasto conhecimento que tinham sobre plantas medicinais, reconhecido pelos médicos acadêmicos, também estava relacionado às suas crenças religiosas. Ainda que os curadores tivessem influência de outras tradições culturais, como as indígenas ou as relativas a setores europeus, também nesses casos existia a crença de que as doenças poderiam ser causadas por problemas espirituais (PIMENTA, 2003, p. 324).

Há cem anos atrás, recorrer aos “curandeiros” era prática comum na Paraíba. Castro (1945, p. 282) reconheceu que muitos paraibanos doentes procuravam personagens como Joana Pé de Chita, José Côxo, Mestre Euclides e Dona Maria Archanja, renomados “curandeiros” cuja terapêutica era variada: “aplicavam raízes de plantas medicinais, como a japecanga, a caninana ou a jurubeba; produtos de origem animal, como raspas de caso de jumento, carapaças de crustáceos ou óleo de baleia, e outros invocavam espíritos protetores e ainda alguns, aplicavam rezas fortes”.

Ainda segundo Castro (1945, p. 282), um dos mais renomados “curandeiros” que atuou na Paraíba no começo do século XX foi José Côxo. A principal marca de sua terapêutica era a importância que atribuía a ação do ar como vetor de doenças, “fazendo referências às qualidades patogênicas desse elemento. Assim para ele existia: ‘ar doedor’, ‘ar

---

<sup>10</sup> A União, “Sangria, seu valor terapêutico incontestável”. 11 jun. 1915.

batedor’, ‘ar corredor’ conforme a sintomatologia apresentada pelo doente”. Outro “curandeiro” de renome, principalmente na zona litorânea do estado, foi o Mestre Euclides. A especialidade deste eram “as rezas fortes, rezas para fazer bem, para amainar as dores ou sustar as hemorragias e rezas para ‘aperrear’, para ‘endoidar’ e até para fins amorosos e inconfessáveis” (CASTRO, 1945, p. 282 – 283).

Pessoas das mais diversas classes sociais recorriam a estes terapeutas “populares” (CASTRO, 1945, p. 281 – 284). Pobres e trabalhadores, políticos e “pessoas de importância” – muita gente buscava a competência dos “curandeiros” para aplacar suas dores. Não era, portanto, a falta de médicos ou de dinheiro para pagá-los que determinava a escolha por um “terapeuta popular”. Esta procura dos paraibanos por “curandeiros” não deve ser pensada como uma prática restrita a certos grupos sociais, que por sua “pobreza” não tinham condições financeiras de recorrer aos cuidados do médico diplomado, ou que por sua “ignorância” preferiam o “curandeiro” ao esculápio.

Como sugere Pimenta (2003, p. 323 – 324), a concepção “espiritualizada” de saúde dos curandeiros estava mais próxima da cultura de boa parte das pessoas que viveram entre o final do século XIX e o começo do XX. Isto é um aspecto importante na procura de um terapeuta, visto que a relação entre este e o doente “se estabelece, em geral, num momento de fragilidade desse último, que recorre a um terapeuta em quem possa confiar. Para tanto, seria necessário que essas pessoas compartilhassem, em alguma medida, concepções de doença e cura” (PIMENTA, 2003, p. 323 – 324).

Embora estivessem bem presentes no cotidiano de paraibanos das diversas classes sociais, os “curandeiros” foram desqualificados por meio de discursos e práticas médicas<sup>11</sup> à medida que a medicina foi se constituindo enquanto “ciência”. No entanto, este investimento na “deslegitimação” da arte dos “curandeiros” – e de outros terapeutas concorrentes da medicina acadêmica – se intensificaria na Paraíba somente a partir dos anos 1920, quando o campo médico local experimentou um maior impulso à institucionalização com o surgimento de instituições como a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, fundada em 1924. Esta experiência já estava sendo vivida em centros como o Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XIX. Na capital do Império, como na Paraíba republicana,

Com a organização dos médicos em torno das faculdades, sociedades de medicina e periódicos especializados, observa-se a tentativa de monopolizar cada vez mais o discurso médico. Sobretudo, o processo de aprendizado – na academia – e a posição social – mais abastada – eram por si sós um aspecto de superioridade em relação aos

<sup>11</sup> Na linha de Chartier (2002) entendemos estes discursos e práticas médicas como representações sociais que constituem a “realidade”. Com efeito, a experiência social da saúde e da doença na Paraíba também é o resultado de lutas simbólicas e relações de poder.

que não se enquadravam nessas características. Além disso, garantiam aos médicos a formação de uma linguagem cada vez mais exclusiva e uniformizada e o acesso a ela (PIMENTA, 2003, p. 322).

Nas fontes pesquisadas não encontramos referências a conflitos mais substanciais entre médicos e “curandeiros” na Paraíba entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX. Nos jornais, revistas e mensagens presidenciais desse período não identificamos uma preocupação dos poderes públicos ou do campo médico em combater os “curandeiros”. Isto não significa, porém, que animosidades e confrontos entre esses últimos e os esculápios não tenham existido na Paraíba da primeira década do século XX. Sinaliza apenas que, se tais conflitos ocorreram mesmo, eles se deram de forma menos intensa e menos constante do que iremos verificar a partir dos anos 1920, quando a prática médica na Paraíba se torna mais normatizada e “científica” como consequência da maior institucionalização do campo.

Dialogando com a pesquisa de Agra (2008), acreditamos que essa maior “tolerância” dos médicos na passagem do século XIX para o XX devia-se a dois fatores principais. Em primeiro lugar, a escassez de médicos diplomados, sobretudo no interior do estado, garantia aos poucos esculápios uma reserva de mercado considerável. Assim, mesmo considerando que boa parte dos paraibanos recorria a parteiras, curandeiros, sangradores e homeopatas para curar seus corpos e aliviar suas dores, o reduzido número de médicos atuando no estado ainda dispunha de uma clientela considerável (AGRA, 2008, p. 145). Em certo sentido, esta situação tornava menos necessário ao médico lutar por mercado com os terapeutas não diplomados. Embora seja muito difícil determinar com precisão quantos médicos diplomados atuaram na Paraíba ao longo das três primeiras décadas do século XX, partindo de vestígios dispersos é possível termos uma perspectiva, mesmo que limitada, a este respeito. No quadro a seguir, oferecemos um breve panorama sobre o quadro médico paraibano àquela época.

<b>Quadro 1: ESTIMATIVA DO NÚMERO DE MÉDICOS DIPLOMADOS QUE ATUARAM NA PARAÍBA ENTRE 1901 E 1930</b>	
Número aproximado de médicos que atuaram na Paraíba <b>entre 1901 e 1910</b>	26 médicos
Número aproximado de médicos que atuaram na Paraíba <b>entre 1911 e 1920</b>	36 médicos
Número aproximado de médicos que atuaram na Paraíba <b>entre 1921 e 1930</b>	67 médicos

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de informações coletadas em: Soares Júnior (2011), Castro (1945), Nóbrega (1979), Agra (2008) e Oliveira (1968).

É provável que a quantidade de médicos que atuaram na Paraíba fosse maior do que a retratada no quadro acima, principalmente no período

entre 1901 e 1910. Isto porque quanto mais recuado for o recorte considerado, mais difícil se torna, para nós como para os referidos autores, assegurar com precisão o número de esculápios que oferecia seus serviços em terras paraibanas. Assim, torna-se mais seguro analisar os números do quadro acima como uma estimativa que, embora parcial, possui valor histórico na medida em que foi produzida a partir do cruzamento de informações obtidas em diversas fontes. Mesmo considerando esta importante ressalva, não podemos negar que o quadro acima sinaliza o crescimento do número de médicos atuando na Paraíba ao longo das três primeiras décadas do século XX. Se na comparação entre os dois primeiros decênios o acréscimo de esculápios, embora substancial, não chega a ser tão impactante, nos anos 1920 a quantidade de médicos trabalhando na Paraíba foi quase o dobro do número verificado na década anterior<sup>12</sup>.

É provável que este menor número de médicos tenha sido um dos fatores da aparente “tolerância” destes profissionais em relação aos “curandeiros” até os anos 1920. Porém, com a ampliação do mercado de trabalho médico nesta década verificou-se uma nova política dos esculápios para com seus concorrentes não diplomados: de uma “tolerância” relativa passou-se à perseguição. É possível que isto tenha ocorrido, entre outros fatores, porque o aumento do número de médicos atuando no estado fosse sentido pelos próprios esculápios como uma “ameaça” às suas respectivas reservas de mercado. A possibilidade de ver sua clientela diminuir deve ter preocupado alguns facultativos paraibanos nos anos 1920, principalmente quando lembramos que mesmo nessa época pessoas de vários matizes sociais continuavam recorrendo a terapeutas diversos, diplomados ou não, para curar seus corpos e aliviar suas dores (AGRA, 2008b, p. 167).

Neste cenário, disputar entre si espaços no mercado da saúde, atacando-se mutuamente e/ou promovendo-se individualmente, não traria benefícios para a corporação dos médicos, inclusive porque implicaria no enfraquecimento da própria medicina. Desse modo, a estratégia que predominou entre os facultativos paraibanos foi defender a “união” da corporação médica como uma forma de fortalecer a profissão. Este chamado à unidade do campo esteve bastante presente, por exemplo, nos congressos médicos que a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba organizou nos anos 1920<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Este crescimento expressivo do mercado de trabalho médico foi uma tendência constante no restante do século XX, acentuada ademais pelo estabelecimento das Faculdades de Medicina no estado. Não por acaso, escrevendo nos anos 1970, Humberto Nóbrega (1979, p. 291) chegou a sugerir que a quantidade de médicos formados na Paraíba entre 1975 e 1978 “supera o número dos que dantes existiam”.

<sup>13</sup> Para um estudo mais detalhado destes congressos, Cf. Santos (2015), especialmente os capítulos II e III.

Na luta pelo mercado da saúde os esculápios se uniram contra um inimigo comum: os “curandeiros” e demais curadores não diplomados. Deslegitimando e desautorizando seus concorrentes, a corporação médica construía uma posição proeminente no mercado da saúde evitando uma possível pletora profissional em razão do aumento do número de facultativos disponíveis no estado. De quebra, ao defender a superioridade de sua terapêutica em detrimento da “medicina fora da lei”<sup>14</sup> os médicos fortaleciam sua profissão construindo uma representação social positiva de sua “ciência das doenças”.

Além de um menor número de médicos concorrendo por espaço no mercado paraibano, outro fator também contribuía para a relativa “tolerância” destes profissionais para com os curandeiros nos primeiros anos do século XX. É que no século XIX a medicina praticada pelos facultativos brasileiros não se diferenciava radicalmente das práticas de cura utilizadas pelos “curandeiros” e outros terapeutas não diplomados, ocorrendo casos em que os médicos empregavam recursos destes curadores “populares” para aliviar as dores de seus “pacientes” (FERREIRA, 2003, p. 102; PIMENTA, 2003, p. 325). Naquela época, a concepção dos médicos sobre a

profilaxia das doenças estava muito informada especialmente pelo hipocratismo, concepção que só iria começar a ser alterada quando do advento da anátomo-clínica. Além disso, o arsenal terapêutico de que lançavam mão, como vomitórios, sangrias, chás, ervas, plantas medicinais, etc., eram basicamente os mesmos, tanto na versão acadêmica da medicina quando em sua versão comunitária (AGRA, 2008, p. 161).

Um cotidiano marcado por sangrias e vomitórios não era estranho aos médicos atuantes na Paraíba entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX (CASTRO, 1945, p. 62 e 331; SÁ et al., 2011). No entanto, no decorrer da segunda metade do século XIX, ocorre um movimento de institucionalização do saber médico no Brasil. Esta experiência, estimulada pelo surgimento das primeiras Faculdades de Medicina, Sociedades de Medicina e periódicos médicos no país (SCHWARCZ, 1993, p. 196 – 198), contribuiu para que a atividade dos médicos se afastasse das terapêuticas de boticários, barbeiros, sangradores, parteiras e curandeiros, e se aproximasse dos saberes considerados científicos.

Segundo Agra (2008, p. 161 – 162), por meio desta vinculação à ciência, o saber médico começou a se afastar de visões cosmológicas sobre a transmissão das doenças para incorporar definitivamente a ideia “de que o mal é provocado por elementos bem terrenos, como os ventos, as águas, os espaços insalubres, os odores, a alimentação, etc. A terapêutica também mudou, passando a enfatizar a higiene como elemento indispensável para a boa

---

<sup>14</sup> A expressão é de Castro (1945, p. 280).

saúde”. Na Paraíba, esta experiência de institucionalização e vinculação da medicina à ciência se intensificaria nos anos 1920. O distanciamento entre esculápios e terapeutas não diplomados que ela acentuou também contribuiu para a perseguição e deslegitimação que o saber médico produziu contra a arte de curar dos curandeiros por meio de uma “caça às bruxas” que se intensificaria a partir do final daquela década de 20.

Focalizando esta experiência em Campina Grande, Agra (2008, p. 140) argumenta que até o final do século XIX, “o médico formado não buscava estabelecer-se como único detentor do conhecimento sobre as curas dos males que afligiam as pessoas”. Porém, nos anos 1920, a cidade começou a receber novos médicos, formados segundo uma nova concepção de medicina, tributária da maior institucionalização do campo a partir do final do século XIX, que buscou aproximá-la da ciência. Este diálogo com a ciência tornou a medicina mais avessa às alteridades terapêuticas, pois a partir de então, na luta por demarcar um espaço proeminente no campo da saúde, o saber médico operou uma autêntica “caça às bruxas” contra práticas de cura diferentes da sua, recorrendo ao discurso da competência científica para deslegitimá-las e reprimi-las (AGRA, 2008, p. 150).

Nesse contexto, acirra-se a disputa entre médicos e terapeutas não diplomados. O curandeiro passa a ser representado pelo discurso oficial como um criminoso, um fora da lei, pois era alguém que praticava ilegalmente a medicina. Este foi o caso de José Cassimiro Barbosa, conhecido como “Língua de Aço”. Residente em Campina Grande, “Língua de Aço” foi levado à justiça em 1931 por influência do médico João Arlindo Corrêa, devido a sua atuação como curandeiro. Mas para desgosto do médico, segundo Agra (2008, p. 168 – 169) nenhuma das testemunhas apresentadas pela Promotoria denegriu o curandeiro:

Muito pelo contrário: os sujeitos arrolados pelo Dr. Arlindo Corrêa referiram-se ao acusado como sendo “muito caritativo nos seus tratamentos”, tratamentos pelos quais não cobrava nenhuma importância e até mesmo podia tirar do seu próprio bolso o dinheiro para a compra dos remédios que receitava (AGRA, 2008b, p. 168 – 169).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO CURANDEIRO AO CHARLATÃO**

O caso “Língua de Aço” sinaliza dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, curandeiros como José Cassimiro Barbosa continuavam sendo requisitados para aliviar as dores dos “paraibanos”. E não apenas as dores dos mais pobres: segundo Castro (1945, p. 284) “pessoas de importância” também buscavam alívio na terapêutica do “Doutor Língua de Aço”.

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

[www.conapesc.com.br](http://www.conapesc.com.br)

Em segundo lugar, já estamos numa época em que o curandeiro não é mais tolerado ou mesmo ignorado pelo saber médico. Trata-se do momento histórico em que a medicina rompe de vez com as alteridades terapêuticas que não se submetem ao seu controle. O discurso médico tentou deslegitimar estes curadores de todas as formas, recorrendo inclusive ao sutil, porém eficaz poder das palavras: nas representações sociais que os médicos construíram sobre o assunto, o termo curandeiro “foi sendo substituído por ‘charlatão’, constituindo mais uma forma de os médicos formados desqualificarem outras práticas de cura” (PIMENTA, 2003, p. 323).

Esta transformação simbólica do “curandeiro” em “charlatão” sinaliza a mudança da política médica em relação às alteridades terapêuticas: de alguém que curava com plantas e rezas, o curandeiro passou a ser representado pelo discurso médico como um desonesto, um enganador que faz “promessas fantásticas” de “curas milagrosas” e, assim, conquista “verdadeiras massas humanas, manobradas pela força da sugestão” (CASTRO, 1945, p. 279 – 280). Dessa forma, enquanto nos primeiros anos do século XX o silêncio ou o pouco caso dos médicos paraibanos em relação aos curandeiros sinaliza certa margem de tolerância para com outras terapêuticas, a política de deslegitimação desses personagens dialoga com a progressiva institucionalização da medicina científica na Paraíba dos anos 1920.

## REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles**: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Recife: Dissertação (Mestrado) – UFPE/CFCH, 2008.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantemente da sua evolução. João Pessoa-PB: A União, 1945.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 211 – 238.

DINIZ, Denise Scofano. A “**ciência das doenças**” e a “**arte de curar**”: trajetórias da medicina hipocrática. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Medicina Social, 2006.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 – 1840). In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 101 – 122.

12

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba**: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1979.

OLIVEIRA, Otavio. Coisas e Loisas na História da Medicina Paraibana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, João Pessoa, n. 16, p. 97 – 117, 1968.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 307 – 330.

\_\_\_\_\_. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.11, suppl.1, p. 67 – 92, 2004. ISSN 0104-5970.

SÁ, Lenilde Duarte de. et al. Práticas terapêuticas e praticantes de cura na cidade da Parahyba – 1889 a 1920. **História da Enfermagem – Revista Eletrônica**, Brasília, v. 2, n. 2, ago./dez. 2011.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a ciência e a saúde pública**: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929). Campina Grande: Dissertação (Mestrado em História) – UFCG/CH, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2011.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Niterói, RJ: Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

[www.conapesc.com.br](http://www.conapesc.com.br)